Semear rosas também exige terra — Orobroy

Renato Bernardino · 30.06.2026

CULTURA · POLÍTICA · SOCIEDADE

A cultura cigana, aplaudida quando aparece em palco, continua a ser recebida com suspeição quando aparece à porta da escola, da repartição pública, da entrevista de emprego. Não se trata de exigir integração, mas de perceber que integração sem inclusão é presença sem pertença – um corpo dentro da sala sem voz na decisão.

Quando Dorantes toca *Orobroy*, traz ao presente uma dor antiga sem a transformar em lamento fácil, como se cada nota lembrasse que a memória cigana não se fez apenas de sofrimento, mas também de resistência, beleza e capacidade de continuar. Dorantes, cigano espanhol, consegue fazer com o piano aquilo que tantas vezes falta ao debate público: abrir espaço para sentir antes de julgar, escutar antes de reduzir, pensar antes de repetir.

> A cultura cigana, aplaudida quando aparece em palco, continua a ser recebida com suspeição quando aparece à porta da escola, da repartição pública, da entrevista de emprego.

O refrão, em Romanôn/Calon[1], convoca uma velha voz interior que canta e chora ao recordar séculos de horror, mas que escolhe seguir pelo mundo «semeando rosas em vez de dor». Talvez esta imagem diga mais sobre as comunidades do que muitas frases gastas que se repetem sobre elas. A alegria cigana não é ausência de mágoa, nem a festa prova que tudo está bem; muitas vezes foi talhada nessa dor, porque algumas culturas só sobreviveram encontrando na música, na família, no convívio e na palavra uma forma de não se deixarem reduzir ao sofrimento.

Ainda assim, a cultura cigana, mais aplaudida quando aparece em palco, continua amiúde a ser recebida com suspeição quando aparece à porta da escola, da repartição pública, da entrevista de emprego, mas – mais grave – em espaços de poder onde se decidem coisas sobre os mesmos.

> A alegria cigana não é ausência de mágoa, nem a festa prova que tudo está bem; muitas vezes foi talhada nessa dor, porque algumas culturas só sobreviveram encontrando na música, na família, no convívio e na palavra uma forma de não se deixarem reduzir ao sofrimento.

Esta semana, ouvi de um alto representante de uma instituição nacional uma frase que já muitos outros me disseram, quase sempre com aparente equilíbrio e, muitas vezes, sem malícia e até boa intenção de quem julga estar apenas a pedir reciprocidade: «a comunidade também tem de fazer a sua parte». A frase parece razoável, e talvez até o fosse, se não escondesse uma simplificação enorme. Qual comunidade? Os ciganos não são uma massa homogénea, nem vivem todos a mesma realidade, nem

acumulam da mesma forma capital cultural, social ou económico. E, no entanto, continua a pedir-se «à comunidade» uma resposta quase unitária, como se existisse uma entidade organizada e reconhecida para falar por todos e corrigir sozinha séculos de afastamento.

> Os ciganos não são uma massa homogénea, nem vivem todos a mesma realidade, nem acumulam da mesma forma capital cultural, social ou económico. E, no entanto, continua a pedir-se «à comunidade» uma resposta quase unitária, como se existisse uma entidade organizada e reconhecida para falar por todos e corrigir sozinha séculos de afastamento.

É aqui que a conversa sobre integração se torna insuficiente. Integração, muitas vezes, tem significado estar presente sem estar incluído, estar dentro sem poder participar, adaptar-se sem ser reconhecido por inteiro. E a assimilação, essa, já provou em mais de 500 anos não funcionar: apaga, empurra, envergonha e exige que alguém deixe parte de si à porta para poder entrar. O desafio não é pedir aos ciganos que deixem de ser ciganos para melhor caberem na sociedade, mas criar condições para que possam estar nela inteiros, mais representados e com poder real para participar nos caminhos que também lhes dizem respeito: «Nada sobre os Roma² sem os Roma!»

É neste ponto que a notícia sobre associações ciganas em risco de fechar por falta de uma nova Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas e por ausência de financiamento não pode ser lida como uma nota administrativa. Não estamos apenas perante um atraso burocrático, uma consulta pública adiada ou as linhas de apoio suspensas, ou sequer perante o embaraço de Portugal estar praticamente sozinho sem nova estratégia. Está em causa a possibilidade real de se perder trabalho acumulado, confiança construída devagar, pontes frágeis entre comunidades e instituições, mediação, apoio educativo, capacitação de mulheres, acompanhamento de jovens e presença pública cigana.

> Está em causa a possibilidade real de se perder trabalho acumulado, confiança construída devagar, pontes frágeis entre comunidades e instituições, mediação, apoio educativo, capacitação de mulheres, acompanhamento de jovens e presença pública cigana.

Quando Bruno Gonçalves alerta que Portugal continua sem nova estratégia, quando associações como a INCIG em Carnide sobrevivem graças a apoios pontuais, ou quando a socióloga Manuela Mendes sublinha a importância das associações para chegar onde o Estado e a investigação dificilmente chegariam sozinhos, estamos a falar de estruturas pequenas e frágeis que conseguiram produzir confiança e resultados, num terreno onde a confiança não volta nem se cria por decreto.

É aqui que também temos de enfrentar, sem rodeios, a caricatura dos «coitadinhos» e dos que alegadamente querem ser tratados de forma especial — argumento que serve para encerrar a conversa antes dela começar, ao levar para o campo da irritação emocional aquilo que deveria ser contextualizado, pensado e ponderado com seriedade e empatia. A pergunta séria não é se o País pode apoiar associações ciganas com valores que, na escala do orçamento público para o efeito, são irrisórios. A pergunta séria é:

quanto nos custará continuar a afastar quem já esteve demasiado tempo à margem?

> A pergunta séria não é se o País pode apoiar associações ciganas com valores que, na escala do orçamento público para o efeito, são irrisórios. A pergunta séria é: quanto nos custará continuar a afastar quem já esteve demasiado tempo à margem?

As associações ciganas fazem, na sua maioria com poucos meios e demasiada resistência silenciosa, parte do trabalho que o Estado sozinho não consegue fazer. Aproximam escolas e famílias, traduzem códigos institucionais, criam sinergias onde pululava a desconfiança, dão palco a mulheres e jovens que talvez nunca o encontrassem, e mostram que a saída da pobreza e da baixa escolaridade não se constrói com sermões sobre integração, mas com presença, exemplo, continuidade e possibilidade. Programas como o OPRE ou o RomEduca demonstraram que o futuro tem esperança mensurável e que uma criança ou jovem imagina mais longe quando vê alguém parecido consigo lá chegar.

Por isso, a ausência de estratégia nacional não é uma simples falha de planeamento. É um bloqueio concreto na conversão de potencial humano em presença social, educativa, cultural e política. Quando uma associação fecha, não desaparece apenas uma morada ou uma candidatura. Desaparece um mediador, uma dirigente, um projeto que mantinha jovens ligados à escola, uma ponte com o centro de saúde, uma conversa difícil que já não vai acontecer. E é nestas perdas pequenas, quase invisíveis, que se desperdiça talento e desenvolvimento nacional.

«Semear rosas em vez de dor» é uma imagem bonita, mas nenhuma rosa cresce no vazio. Precisa de terra, tempo, cuidado, água e continuidade. Também a inclusão precisa de chão institucional, financiamento, espaços físicos dedicados, reconhecimento público e compromisso político que não dependa apenas da boa vontade momentânea de quem resiste até ao limite.

> Não se trata de exigir integração, mas de perceber que integração sem inclusão é presença sem pertença – um corpo dentro da sala sem voz na decisão.

Durante séculos, os ciganos foram chamados a provar que queriam pertencer a uma sociedade que não desenhou lugares onde essa pertença pudesse ser plena. Talvez esteja na altura de inverter a pergunta. Não apenas perguntar porque é que os ciganos não se aproximam mais, mas quantas portas, imagens, silêncios e interrupções fomos colocando entre nós. Não apenas perguntar quanto custa apoiar, mas quanto custa olhar para o lado. Não se trata de exigir integração, mas de perceber que integração sem inclusão é presença sem pertença – um corpo dentro da sala sem voz na decisão.

Também aqui não é irrelevante que Orobroy queira dizer pensamento. Porque talvez seja precisamente isso que nos falte: pensamento para além da piedade, para além do preconceito, para além da resposta episódica e da ideia cómoda de que basta esperar que as comunidades se adaptem sozinhas. Pensar implica reconhecer que semear rosas em vez de dor não pode ser apenas responsabilidade de quem foi

ferido. Tem de ser também tarefa de quem, finalmente, aceita preparar a terra.

Romanôn/Calon[1] é a variante ibérica do Romani, língua dos Roma de origem indo-ariana.

Utilizo aqui «Roma[2]» no sentido político e internacional do termo, amplamente usado nas instituições europeias e no movimento associativo transnacional. Em Portugal, porém, “cigano” continua a ser a designação mais comum e também uma identidade assumida com orgulho por muitos dos próprios, apesar da carga histórica e social que transporta.

Progressistas — https://progressistas.pt/artigo/semear-rosas-tambem-exige-terra-orobroy